
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E
2022**

(Em Milhares de reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG.

Por meio de seus serviços, a Prodemge auxilia órgãos e entidades do governo de Minas a prestarem serviços cada vez mais eficientes aos cidadãos mineiros, seja nas áreas de saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça e outras.

Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24 de janeiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, expressa em milhares de reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 05 e 13 – Contas a receber e faturamento pendente
- Nota 25 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 26 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes (contas de terrenos, edificações/instalações), deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na NE16, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do ativo imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) O resultado do exercício é apurado conforme o regime da competência.

- g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos, que apresentam as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados pelos empregados.
 - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.
- j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD aprovada pela Diretoria da Prodemge, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.
- k) A provisão para o imposto de renda foi calculada com base no lucro real mensal à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para contribuição social calculada à alíquota de 9%.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|----------------|
| Caixa e bancos | 221 | 243 |
| Aplicações Financeiras | | |
| . Certificados de Depósitos Bancários - CDB's | 33.947 | 14.128 |
| . Fundos de Investimentos | 112.540 | 107.728 |
| . Conta Poupança | 383 | 361 |
| Total | 147.091 | 122.460 |

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil, com liquidez diária e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos e a conta de poupança.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais conforme abaixo:

| | 2023 | | 2022 | |
|--------------------------------|----------------|-------------------------------------|---------------|---------------|
| | Saldo contábil | Vencidos há mais de 03 anos (PECLD) | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Estado de Minas Gerais: | | | | |
| Administração Direta | 64.969 | (37.980) | 26.989 | 26.693 |
| Administração Indireta | 638 | (245) | 393 | 886 |
| Outros | - | - | - | 10 |
| Total Estado | 65.607 | (38.225) | 27.382 | 27.589 |
| Extra Estado | | | | |
| Prefeituras | 561 | - | 561 | 554 |
| Iniciativa Privada | 43 | - | 43 | 12 |
| Total Extra Estado | 604 | - | 604 | 566 |
| Total | 66.211 | (38.225) | 27.986 | 28.155 |

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

| | 2023 |
|---------------------|---------------|
| A vencer | 5.798 |
| Até 30 dias: | 4.240 |
| De 31 até 60 dias: | 1.386 |
| De 61 até 90 dias: | 1.174 |
| De 91 até 120 dias: | 497 |
| Acima de 120 dias: | 53.116 |
| PECLD | (38.225) |
| Total | 27.986 |

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Foram constituídas as provisões para os débitos vencidos há mais de 03 anos, sendo que houve também o registro de perda de faturas, no montante de R\$4.184, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos.

Abaixo segue a movimentação da PECLD em 31/12/2023:

| Competência | Saldo inicial | Baixas/Reversões | Constituição | Saldo final |
|--------------|-----------------|------------------|--------------|-----------------|
| 2013 | (4.184) | 4.184 | - | - |
| 2014 | (1.517) | 89 | - | (1.428) |
| 2015 | (21.152) | 1 | - | (21.151) |
| 2016 | (4.108) | 1.117 | - | (2.991) |
| 2017 | (4.706) | 337 | - | (4.369) |
| 2018 | (8.876) | 1.546 | - | (7.330) |
| 2019 | (936) | 45 | - | (891) |
| 2020 | - | - | (65) | (65) |
| TOTAL | (45.479) | 7.319 | (65) | (38.225) |

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de Serviços realizados a faturar, com o saldo de R\$25.286.

7. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas e está avaliado pelo custo médio de aquisição (R\$468).

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| IRPJ/CSLL a recuperar | 3.171 | 82 |
| IRPJ/CSLL estimativa | 1.899 | 1.370 |
| Provisão IR/CSLL a ser retido | 682 | - |
| Provisão IRRF aplicação financeira | 996 | 585 |
| Total Impostos a Recuperar | 6.748 | 2.037 |

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar (R\$3.171) são decorrentes de retenções na fonte realizadas no exercício corrente. Os saldos referentes a IRPJ/CSLL estimativa (R\$1.899) referem-se ao montante de recolhimentos que superou o apurado ao final do exercício de 2023. Todos esses valores serão compensados com tributos federais a pagar durante o exercício de 2024.

Em junho/2023, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 2.145, que alterou a IN RFB 1.234/12, estabelecendo que os órgãos da administração pública direta dos estados e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações ficam obrigados a efetuar a retenção do imposto de renda, na alíquota de 4,8%, sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de prestação de serviços em geral. Este fato gerou, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$682, que será compensado durante o exercício de 2024, a medida que ocorrerem os recebimentos das faturas pelos serviços prestados.

9. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. A utilização

desses créditos acontece à medida que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém, em quase sua totalidade, de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem, os créditos são utilizados. Em 31/12/2023, o saldo corresponde ao montante de R\$1.070, sendo que em 31/12/2022 foi de R\$311.

10. DEVEDORES DIVERSOS

Compreende adiantamentos a empregados, tais como férias, viagens, vale transporte e vale refeição.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Corresponde às despesas já pagas, a serem apropriadas mensalmente, à medida que as despesas ocorrerem:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Prêmios de seguros | 24 | 30 |
| Manutenção de sistemas | 1.971 | 1.383 |
| Assinaturas e anuidades | 9 | 15 |
| Total | 2.004 | 1.428 |

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|--------------|
| Depósito e bloqueio judicial trabalhista | 8.217 | 7.584 |
| Depósito judicial PIS/COFINS | 2.479 | 1.618 |
| Total | 10.696 | 9.202 |

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$8.217, sendo que, o depósito mais relevante refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, no valor de R\$6.240 (valor corrigido), movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Quanto ao depósito judicial PIS/COFINS, no exercício de 2020, a empresa ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

13. FATURAMENTO PENDENTE

Está representado por valores decorrentes da prestação de serviços, cuja emissão do documento fiscal ainda não ocorreu. Em 31 de dezembro de 2023 a conta está composta da seguinte forma:

| 2023 | | 2022 | |
|----------------|----------|-------------|-------------|
| Saldo Contábil | PECLD | Saldo final | Saldo final |
| 32.471 | (12.940) | 19.531 | 7.843 |

Ao final do exercício de 2023, houve o reconhecimento de um faturamento em cerca de R\$13.000, do cliente Secretaria de Educação, que elevou o saldo final em comparação com o saldo final do exercício de 2022.

As provisões de perdas estimadas sobre os serviços a faturar foram mensuradas a partir da análise individual de cada pendência contratual com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Para o exercício de 2023, a Companhia julgou não haver necessidade de constituição de provisão, mas, atendendo a sua Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD ocorreu o registro de perda definitiva de R\$7, referente a serviços prestados há mais de 10 anos.

Segue demonstrado a seguir a movimentação da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa:

| Competência | Saldo inicial | Reversões/baixas | Constituição | Saldo final |
|--------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|
| 2013 | (7) | 7 | - | - |
| 2014 | (781) | 762 | - | (19) |
| 2015 | (463) | 2 | - | (461) |
| 2016 | (1.864) | 50 | - | (1.814) |
| 2017 | (5.896) | 68 | - | (5.828) |
| 2018 | (3.798) | 2.122 | - | (1.676) |
| 2019 | (2.705) | 45 | - | (2.660) |
| 2020 | (482) | 0 | - | (482) |
| 2021 | - | - | - | - |
| 2022 | (1) | 1 | - | - |
| Total | (15.997) | 3.057 | - | (12.940) |

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Registrado créditos a receber oriundos de ressarcimentos de remunerações pagas a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019. Segue abaixo detalhamento do fato:

No exercício de 2020, a gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE uma auditoria nos aumentos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as normas legais e regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

A CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos antigos diretores e conselheiros à Companhia. A Prodemge ajuizou ações de responsabilidade civil contra os devedores em 29/10/2021. O montante recebido indevidamente pelos diretores e conselheiros foi de R\$234, sendo que a Companhia já foi ressarcida em R\$111. O saldo ainda não regularizado é atualizado monetariamente pelo índice da poupança que em 31 de dezembro de 2023 soma o montante de R\$180.

15. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, também parte relacionada da Companhia, correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Participação societária | 312 | 312 |
| Obra de arte | 1 | 1 |
| Total | 313 | 313 |

16. IMOBILIZADO

| | | | 2023 | 2022 | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| | Custo corrigido e reavaliado | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação |
| Terrenos | 10.400 | - | 10.400 | 10.400 | - |
| Edificações | 3.097 | (2.692) | 405 | 450 | 4% |
| Instalações | 17.213 | (17.095) | 118 | 447 | 10% |
| Sistema de comunicação | 80 | (20) | 60 | 70 | 10% |
| Equipamentos processamento de dados | 103.879 | (83.653) | 20.226 | 22.625 | 20% |
| Material e equip. eletr. | 5.171 | (4.536) | 635 | 352 | 20% |
| Móveis e utensílios | 1.634 | (1.222) | 412 | 248 | 10% |
| Ferramentas | 36 | (34) | 2 | 3 | 20% |
| Veículos | 54 | (38) | 16 | 33 | 20% |
| Imobilizado em andamento | 49 | - | 49 | 572 | |
| Total | 141.613 | (109.290) | 32.323 | 35.200 | - |

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2023 pode ser assim demonstrada:

| 2022 | Adições | Depreciação | Baixa | 2023 |
|-------------|----------------|--------------------|--------------|-------------|
| 35.200 | 3.779 | (6.639) | (17) | 32.323 |

O Imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar o seu ativo imobilizado. O teste do Impairment não detectou perdas no valor recuperável dos seus ativos imobilizado.

A partir da análise de revisão da vida útil, as taxas de depreciação destacadas acima representam a vida útil dos equipamentos.

Permanece no Patrimônio Líquido o montante referente à Reserva de Reavaliação de R\$10.190, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações (vide NE 27.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

17. INTANGÍVEL

| | | | 2023 | 2022 |
|----------------------------|-----------------|-----------------------|--------------|--------------|
| | Custo corrigido | Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Direito de uso de sistemas | 61.879 | (58.192) | 3.687 | 4.705 |
| Total | 61.879 | (58.192) | 3.687 | 4.705 |

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2023 pode ser assim demonstrada:

| 2022 | Aquisições | Amortização | Baixa | 2023 |
|-------|------------|-------------|-------|-------|
| 4.705 | 558 | (1.576) | - | 3.687 |

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

18. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registrados no Passivo Circulante (R\$13.431).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| PIS (a) | 1.481 | 1.547 |
| INSS (b) | 2.627 | 2.527 |
| COFINS (a) | 6.835 | 7.143 |
| Salários e Honorários a pagar | 6.321 | 6.173 |
| Participação nos lucros e resultados - PLR (c) | 1.538 | 1.430 |
| FGTS | 1.179 | 1.096 |
| Plano Previdencial Libertas (d) | 1.358 | 2.706 |
| Contribuições retidas na fonte | 358 | 326 |
| Total | 21.697 | 22.948 |

- a. A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide NE 09) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

- b. A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.
- c. Decorrente do lucro no exercício de 2023, foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR o montante de R\$1.538, atendendo à Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2023/2025, cláusula oitava.
- d. O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|--------------|
| IRRF | 4.321 | 3.982 |
| ISSQN - Próprio | 38 | 18 |
| ISSQN retido | 75 | 79 |
| IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação | 14 | 14 |
| Parcelamento IRPJ/CSLL - 2017/2018 (a) | 1.292 | 1.167 |
| Total | 5.741 | 5.260 |

- a. No exercício de 2020, a Companhia efetuou um parcelamento decorrente de uma dívida tributária perante a Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018. O parcelamento inicial foi no montante de R\$4.991, para pagamento em 60 meses, com previsão de término em maio de 2025. Desde então, a Companhia vem quitando regularmente o parcelamento. Em 31/12/2023, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.292 e no Não Circulante pelo valor de R\$538.

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 21/12/2023, o Conselho de Administração deliberou pela distribuição de dividendos, no percentual de 50% do lucro do exercício, sendo que do montante distribuído, R\$8.121 refere-se aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| Dividendos a pagar no início do exercício | 19.461 | 12.224 |
| Dividendos pagos | (19.461) | (12.224) |
| Juros sobre capital próprio no período | 8.121 | 7.378 |
| IR retido na fonte sobre juros sobre capital próprio | (12) | (11) |
| Dividendos propostos | 17.973 | 12.094 |
| TOTAL | 26.082 | 19.461 |

22. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Neste grupo há o registro de valores a pagar referente a obrigações relacionadas a empregados (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários), no montante de R\$1.246 em 31/12/2023.

Além disso, temos registrado também montante de R\$2.791 decorrente de um convênio firmado com a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito - CET/MG, referente ao custo de disponibilização do acesso e uso dos dados de sistema de notificação e autuação de infrações de trânsito pelos municípios para a Prodemge. Trâmites internos na Prodemge e no Detran estão sendo avaliados para a execução do objeto do convênio.

23. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio receita a faturar (NE 6), sobre a reserva de reavaliação sobre edificações (NE 16).

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar | 4.566 | 4.060 |
| IRPJ/CSLL Diferidos s/ Reserva de Reavaliação | 106 | 120 |
| TOTAL | 4.672 | 4.180 |

24. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Referem-se aos depósitos judiciais PIS/COFINS, conforme consta em NE 12, onde a Companhia reconhece a parcela referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) excluída da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), uma vez que os valores estão sendo discutidos judicialmente.

25. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes e supervisores. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 110/22, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Conseqüentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

| | | 2023 | | | 2022 | | |
|---------------------|---------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | | RP5-II | Saldado | Total | RP5-II | Saldado | Total |
| Ativos | Quantidade | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 3 |
| | Média Idades | 47 | 63 | 55 | 46 | 60 | 53 |
| Mantidos | Quantidade | 3 | 6 | 9 | 3 | 7 | 10 |
| | Média Idades | 52 | 57 | 54 | 51 | 56 | 54 |
| Aposentados | Quantidade | 9 | 140 | 149 | 9 | 142 | 151 |
| | Média Idades | 70 | 71 | 70 | 69 | 69 | 69 |
| | Suplementação Média | 4.545,00 | 6.007,32 | 5.276,16 | 4.377,17 | 5.295,23 | 4.836,20 |
| Pensionistas | Quantidade | 4 | 20 | 24 | 4 | 20 | 24 |
| | Média Idades | 65 | 74 | 70 | 64 | 73 | 68 |
| | Suplementação Média | 2.802,60 | 2.861,83 | 2.832,22 | 2.699,11 | 2.721,05 | 2.710,08 |

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

As hipóteses atuariais abaixo foram utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 31/12/2022.

| | | Plano RP5II | Plano Saldado |
|------------------------|--|---------------------|---------------------|
| Hipóteses Demográficas | Evento Morte Válidos | GIM - 94 M&F (D20%) | GIM - 94 M&F (D20%) |
| | Mortalidade de Inválidos | AT-49 M | AT-49 M |
| | Entrada em Invalidez | TASA 1927 | TASA 1927 |
| | Rotatividade | Nula | Nula |
| | Aposentadoria | 1ª Elegibilidade | 1ª Elegibilidade |
| Composição familiar | | Família Real | Família Real |
| Hipóteses Econômicas | Taxa Real de Juros | 5,5345% | 5,4899% |
| | Crescimento Real Salarial | 1,28% | Não Aplicável |
| | Índice de Inflação | 3,93% | 3,93% |
| | Fator Capacidade (Salários e Benefícios) | 98,20% | 98,20% |

A taxa nominal de juros aplicada de 9,68% para o Plano RP5-II e 9,64% para o Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 5,5345%, para o Plano RP5II e de 5,4899% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duration de 156 meses para o Plano RP5II e de 118 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31/12/2022 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 3,93%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 15 de dezembro de 2023.

Conforme determinação da CVM nº 110/2022, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

| | em reais | | | |
|--|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | Plano Saldado | | Plano RP5-II | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| 1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior | 111.220 | 121.914 | 6.070 | 6.839 |
| 2. Custo do serviço corrente | 1 | 16 | 10 | 8 |
| 3. Custo dos juros | 13.011 | 12.544 | 710 | 707 |
| 4. Fluxos de caixa | | | | |
| Benefício pago pelo plano | (9.862) | (9.395) | (454) | (423) |
| 5. Outros eventos significativos | - | - | - | - |
| 6. Redimensionamento da obrigação | | | | |
| Efeito da alteração de premissas financeiras | 4.162 | (16.875) | 3.792 | (1.026) |
| Efeito da experiência do plano | (427) | 3.016 | (4.090) | (36) |
| 7. Efeito da mudança da taxa de câmbio | - | - | - | - |
| 8. Obrigação de benefício definido no final do ano | 118.105 | 111.220 | 6.038 | 6.070 |

Para o Plano Saldado, o custo do serviço corrente em 31/12/2023 mostrou-se inferior ao registrado em 31/12/2022, influenciado pela aposentadoria de um participante ativo com valor de reserva matemática significativo. O aumento observado nas obrigações deve-se, principalmente, a queda na taxa de juros.

Para o Plano RP5-II, o custo do serviço corrente em 31/12/2023 mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2022, influenciado pela queda na taxa de juros. A partir da queda da taxa de juros, era esperado aumento das obrigações, contudo, devido a inclusão da provisão das contribuições extraordinárias para amortização de déficit do exercício de 2022, foi observado queda. Caso não houvesse déficit a ser equacionado, o redimensionamento da obrigação estaria mais próximo do exercício anterior.

| | em reais | | | |
|--|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | Plano Saldado | | Plano RP5-II | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| 1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior | 115.209 | 108.097 | 7.065 | 7.585 |
| 2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano | 13.478 | 11.122 | 826 | 784 |
| 3. Fluxos de caixa | | | | |
| a. Desembolso total da empresa | | | | |
| Contribuição paga pela empresa | - | - | 2 | 1 |
| b. Contribuição de participante | - | - | 8 | 7 |
| c. Benefício pago pelo plano | (9.862) | (9.395) | (454) | (423) |
| 4. Outros eventos significativos | - | - | - | - |
| 5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano | | | | |
| a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) | (3.304) | 5.385 | (1.916) | (889) |
| 6. Efeito da mudança da taxa de câmbio | - | - | - | - |
| 7. Valor justo do ativo do plano no final do ano | 115.521 | 115.209 | 5.531 | 7.065 |

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 110/2022 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

| | em reais | | | |
|---|---------------|----------------|--------------|----------------|
| | Plano Saldado | | Plano RP5-II | |
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| 1. Obrigação de benefício definido | 118.105 | 111.220 | 6.038 | 6.070 |
| 2. Valor justo do ativo do plano | (115.521) | (115.209) | (5.531) | (7.065) |
| 3. Situação financeira do plano | 2.584 | (3.989) | 507 | (995) |
| 4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado | - | - | (490) | (540) |
| 5. Passivo / (Ativo) líquido | 2.584 | (3.989) | 17 | (1.535) |

Seguindo a Deliberação CVM nº 110/2022, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

Em dezembro/2023, a Prodemge optou pela quitação do equacionamento do déficit para o plano RP5-II, referente ao exercício de 2022, em parcela única, no valor de R\$282, que será pago no exercício de 2024. Os participantes e assistidos contribuirão sobre o benefício saldato com percentuais de 2,97% e 72,13% respectivamente, a partir do exercício de 2024.

26. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 48 processos classificados como prováveis, sendo 46 na Justiça trabalhista e 02 na Justiça Comum.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião da área jurídica da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de

isonomia de função, dentre outras. Temos também uma ação de valor relevante referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindados, representando alguns empregados, no valor de R\$9.430, sendo que para este processo, a empresa efetuou depósito judicial, no montante atualizado de R\$6.240 (vide NE12).

A Companhia figura também com responsabilidade subsidiária em 09 processos (19% do total dos processos de perdas prováveis), representando 1% do valor total provisionado. Caso os pleitos sejam procedentes, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista.

Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

| | | 2023 | 2022 |
|----------------|---------------------|---------------|---------------|
| Perda Provável | Justiça do Trabalho | 12.186 | 11.343 |
| | Justiça Comum | 193 | 22 |
| Total | | 12.379 | 11.365 |

Possui também um Passivo Contingente, no montante de R\$18.263, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perda possível, classificados na Justiça do Trabalho, Comum e Federal, sendo o valor mais relevante relacionado a um processo na Justiça Comum, no valor de R\$17.609, movido pela empresa Telemar Norte Leste S/A, reivindicando pagamento de faturas com juros e correção relativas ao contrato da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais. Este contrato está vinculado ao Decreto 45.006, de 09/01/2009, onde os pagamentos à operadora não são de responsabilidade da Prodemge. Esse processo foi classificado como perda possível por não ter ocorrido nenhuma decisão judicial sobre ele, estando em fase de perícia.

| | | 2023 | 2022 |
|----------------|---------------------|---------------|---------------|
| Perda Possível | Justiça do Trabalho | 496 | 49 |
| | Justiça Comum | 17.682 | 17.822 |
| | Justiça Federal | 85 | 85 |
| Total | | 18.263 | 17.956 |

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada, sendo assim distribuído entre seus acionistas:

| Acionistas | Qtde de ações | % |
|--|-------------------|---------------|
| Estado de Minas Gerais | 96.481.395 | 98,914% |
| Companhia de Saneamento de MG - COPASA MG | 959.075 | 0,983% |
| Instituto de Prev.Sev.Públicos de MG - IPSEMG | 35.003 | 0,036% |
| Banco de Desenvolvimento de MG - BDMG | 27.048 | 0,028% |
| Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG | 16.351 | 0,017% |
| Companhia Energética de MG - CEMIG | 13.517 | 0,014% |
| Depto de Estradas de Rodagem de MG - DER | 5.040 | 0,005% |
| Loteria do Estado de Minas Gerais | 2.818 | 0,003% |
| Total | 97.540.247 | 100,00 |

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) onde, para o exercício de 2023, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, conforme NE 25, ocorreu o reconhecimento do déficit no montante de R\$2.600.

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (NE 16). É transferida para lucros/prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

| | <u>2023</u> |
|--|---------------|
| Reserva de Reavaliação de Terrenos | 9.957 |
| Reserva de Reavaliação de Edificações | 259 |
| . Reversão sobre Reserva de Reavaliação de Edificações | (40) |
| . IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações | 14 |
| Total | 10.190 |

No exercício de 2023 foi realizado o valor de R\$40 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e o valor de R\$14 referente ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de retenção de lucros

Constituída após as deduções previstas por lei (reserva legal e dividendos).

A Diretoria propôs, através de reunião ocorrida em 14/12/2023, DD-147/2023, a constituição da reserva de retenção de lucros, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30/04/2024, com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento que constarão nos orçamentos futuros. Tais projetos de investimento, alinhados ao planejamento estratégico, contribuem para o desenvolvimento da Companhia que busca aprimorar a execução de seus serviços prestados, objetivando alcançar sua missão que é prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

A constituição no exercício de 2023 foi no valor de R\$26.095 e que, somado aos saldos já existente até o exercício de 2022 (R\$23.546), alcança o montante de R\$49.641.

Remuneração aos acionistas

Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos observa os resultados e a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras de mercado, oportunidades de investimento, além da manutenção e expansão de seus serviços. Diante do exposto, embora haja previsão no Estatuto da Social de distribuição mínima de 25%, foi proposto pela Companhia, a distribuição no percentual de 50% tendo em vista a capacidade financeira e operacional da Companhia. A distribuição está demonstrada na NE21.

Distribuição dos lucros acumulados

| | Resultado do Período | Realiz. de Res. de Reavaliação | Total Distribuído |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| Resultado Líquido | 54.894 | 40 | 54.934 |
| (-) Reserva Legal | (2.745) | - | (2.745) |
| (-) JCP | (8.121) | - | (8.121) |
| (-) Dividendos | (17.953) | (20) | (17.973) |
| (-) Retenção de Lucro | (26.075) | (20) | (26.095) |

28. RECEITAS LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| Receita bruta de prestação de serviços | 376.728 | 336.406 |
| Vendas canceladas | (939) | (1.089) |
| Impostos e contribuições incidentes s/prest.serviços | (52.125) | (47.115) |
| Total | 323.664 | 288.202 |

A receita bruta de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da administração direta e indireta do estado de Minas Gerais.

Impostos e contribuições incidentes sobre a sua prestação de serviços apresentam a seguinte composição:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| ISSQN (2,5%, 3% e 5%) | 9.287 | 8.552 |
| PIS (0,65% e 1,65%) | 4.623 | 4.186 |
| COFINS (3,0% e 7,6%) | 21.305 | 19.288 |
| INSS desoneração (4,5%) | 16.910 | 15.089 |
| Total | 52.125 | 47.115 |

29. CUSTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2023, a Companhia apresentou seus custos conforme demonstrado abaixo:

| | 2023 | 2022 | % variação |
|-------------------------------------|----------------|----------------|------------|
| Pessoal | 142.105 | 135.674 | 5% |
| Treinamento | 107 | - | 100% |
| Material | 331 | 183 | 81% |
| Manutenção Equipamentos | 9.384 | 8.685 | 8% |
| Manutenção Bens Instalações | 510 | 293 | 74% |
| Aluguel Equipamentos | 808 | 765 | 6% |
| Serviços Terceiros | 34.022 | 16.006 | 113% |
| Licenciamento e Manutenção Software | 27.328 | 21.247 | 29% |
| Utilidades e Custos Gerais | 3.128 | 3.422 | -9% |
| Depreciação/Amortização | 7.599 | 8.025 | -5% |
| Total | 225.322 | 194.300 | 16% |

O destaque de contas com variação mais relevante refere-se a serviços de terceiros, que decorre de maiores gastos no exercício de 2023, em comparação com o exercício de 2022, em serviços de processamento de dados em nuvem (R\$2.209), desenvolvimento de software (R\$3.377), contratação de serviço de apoio técnico (R\$11.433), processamento de multas (R\$1.117).

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais apresentou a seguinte composição:

| | 2023 | 2022 | % variação |
|-----------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Pessoal | 36.597 | 32.064 | 14% |
| Treinamento | 126 | 119 | 5% |
| Material | 168 | 121 | 39% |
| Manutenção Equipamentos | 31 | 31 | -2% |
| Manutenção Bens/Instalação | 123 | 166 | -26% |
| Aluguel Equipamentos | 10 | 13 | -25% |
| Serviços de Terceiros | 3.983 | 6.152 | -35% |
| Licenciamento/Manutenção Software | 441 | 408 | 8% |
| Utilidades e Despesas Gerais | 1.126 | 1.533 | -27% |
| Depreciação/Amortização | 156 | 176 | -11% |
| Total | 42.761 | 40.783 | 5% |

31. PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foram constituídas as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa referente ao Contas a Receber, conforme NE 05, afetando o resultado do exercício de 2023 em R\$69. Para o faturamento pendente não ocorreu a constituição (NE 13).

Abaixo segue a movimentação dos montantes que impactaram o resultado do exercício de 2023:

| | Contas a receber | Faturamento pendente | Total |
|-----------------|-------------------------|-----------------------------|---------------|
| Constituição | (69) | - | (69) |
| Reversão | 3.139 | 3.050 | 6.189 |
| Baixa por perda | 4.184 | 7 | 4.191 |
| Total | 7.254 | 3.057 | 10.311 |

32. PERDAS SOBRE FATURAS

Os valores registrados como PECLD são baixados como Perdas definitivamente, quando completados 10 anos de vencidos. No exercício de 2023 ocorreram baixas de faturas emitidas e sobre serviços a faturar, ambos referentes ao exercício de 2013, no valor de R\$4.191, conforme determinado na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

33. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo detalhamento no grupo de receitas e despesas operacionais:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|--------------|-------------|
| Outras receitas/despesas | | |
| Juros sobre capital próprio | 75 | 61 |
| Recuperação de despesa - Convênio AGE | - | 342 |
| Prejuízo venda Ativo Imobilizado | (16) | (390) |
| Incentivo cultural | (300) | - |
| Doação | 26 | - |
| Outras receitas | 56 | 5 |
| Total | (159) | 816 |

A Companhia recebeu o montante de R\$75 a título de juros sobre capital próprio, decorrente da participação acionária de 0,35% na empresa Minas Gerais Participações S.A (vide NE 15).

Como forma de ações de incentivo às políticas públicas do estado de Minas Gerais, a Prodemge realizou contrato de patrocínio do projeto Orquestra Filarmônica de Minas Gerais – plano bianual 2024/2025 – PRONAC 235944, onde contribuiu com o valor de R\$300. Este incentivo cultural se fundamenta por meio do art. 18 da lei federal 8.313/91 (Lei Rouanet), sendo este montante integralmente compensado com o imposto de renda do exercício.

A Companhia recebeu o montante de R\$26, a título de doação de bens recebidos decorrentes do edital de chamamento 001/2017, na modalidade captação de recursos, cujo objeto era o patrocínio para adequação de área para disponibilização de uma sala de inovação. O contrato previa a doação ao seu final pela empresa ganhadora do processo.

Outras receitas são decorrentes de seguro recebido por sinistro de 2 bens (veículo e televisão).

34. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------|---------------|----------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Receitas aplicação financeira | 14.874 | 12.131 |
| Descontos/juros recebidos | 16 | 9 |
| Varição monetária ativa | 944 | 866 |
| Total receitas financeiras | 15.834 | 13.006 |
| Despesas Financeiras | | |
| Multas | (1) | (3) |
| Correção monetária | (1) | (1.252) |
| Juros | (247) | (983) |
| Total despesas financeiras | (249) | (2.238) |

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

A partir do lucro contábil apresentado para o exercício de 2023 e após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, a Prodemge apurou lucro real e base de contribuição social positiva, controlados através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), da seguinte forma:

| | CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | IMPOSTO DE RENDA | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Resultado antes das adições/exclusões | 66.639 | 52.825 | 61.141 | 47.612 |
| Adições | 15.586 | 23.681 | 21.084 | 28.894 |
| Exclusões | (21.128) | (18.587) | (21.128) | (18.587) |
| Base de Cálculo | 61.097 | 57.919 | 61.097 | 57.919 |
| Incentivo PAT | - | - | (293) | (300) |
| Licença Maternidade/Paternidade | - | - | (290) | (117) |
| Incentivo cultural | - | - | (300) | - |
| IRPJ/CSLL | 5.499 | 5.213 | 14.367 | 14.039 |

36. PARTES RELACIONADAS

37.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

a) Estado de Minas Gerais

a.1) Prestação de serviço de tecnologia da informação (NE 05, 06 e 13).

a.2) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG - conforme Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

a.3) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA – MGS. A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

a.4) SEGOV: contratação de serviço de publicações no Diário Oficial do estado de Minas Gerais.

a.5) CET-MG: referente a convênio para a disponibilização, pelo Detran/MG, do acesso e uso dos dados pelos municípios conveniados, através de meios necessários para a efetiva implementação e funcionamento de sistema de notificação e autuação de infrações de trânsito (vide NE 22).

a.6) Convênios de cooperação técnica relacionados à cessão de empregados firmados com os órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais.

a.7) IEPHA: aluguel de imóvel.

a.8) DER: crédito referente a faturamento e recebimento.

b) Fundação Libertas: Atualização de contrato de dívida da previdência complementar dos empregados e diretores da Companhia.

Abaixo, segue posição em 31/12/2023 e 31/12/202, nos grupos de Ativo, Passivo e Resultado:

| | 2023 | 2022 | | 2023 | 2022 | | 2023 | 2022 |
|--------------------------------|---------------|---------------|------------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo | | | Passivo | | | Resultado | | |
| a.1) Contas a receber | | | Fornecedores | | | Receita Bruta | | |
| Administração Direta | 64.969 | 71.983 | a.2) SEPLAG | 87 | 91 | a.1) Admin. Direta e Indireta | 353.496 | 317.389 |
| (-)PECLD (Ad.Direta) | (37.980) | (45.290) | a.3) MGS | 1.256 | 1.111 | | | |
| Administração Indireta | 638 | 1.071 | a.4) SEGOV | 2 | 3 | Custos/Despesas | | |
| (-)PECLD (Ad.Indireta) | (245) | (185) | | | | a.6) Convênio func.cedidos | 974 | 1.100 |
| a.1) Serviços a Faturar | | | Demais contas a pagar | | | a.2) SEPLAG | (394) | (825) |
| Administração Direta | 50.490 | 45.178 | a.5) Detran | 2.791 | 837 | a.3) MGS | (16.785) | (5.167) |
| (-)PECLD (Ad.Direta) | (11.315) | (15.075) | a.7) IEPHA | - | 480 | b) Fundação Libertas | - | (1.600) |
| Administração Indireta | 4.380 | 3.620 | a.8) DER | - | 2.307 | a.5) Detran | (1.954) | (837) |
| (-)PECLD (Ad.Indireta) | (35) | (733) | | | | a.4) SEGOV | (26) | (24) |
| Total do Ativo | 70.902 | 60.569 | Total do Passivo | 4.136 | 4.829 | Total do Resultado | 335.311 | 310.036 |

37.2) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave é composto pelos membros com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Os benefícios compreendem encargos previdenciários e sociais, plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida, dentre outros. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Diretoria Executiva | | |
| Remuneração | 1.226 | 994 |
| Benefícios | 395 | 204 |
| Conselho de Administração | 549 | 460 |
| Conselho Fiscal | 196 | 226 |
| Comitê de Auditoria Estatutário | 157 | 154 |
| Total Obrigações | 2.523 | 2.038 |

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade ou uso exclusivo e de terceiros sob sua guarda por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

| | Vr. Segurado |
|-------------------------------------|---------------------|
| Edifícios | 2.009 |
| Equipamentos Processamento de Dados | 17.880 |
| Móveis, Utensílios e Ferramentas | 513 |
| Estoque | 487 |
| Bens de Terceiros | 17.854 |
| Veículo | Vr. de mercado |

A Companhia contratou também serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria Estatutário, no limite máximo de garantia de R\$30.000, visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundada em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

38. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que os dados operacionais e financeiros das atividades principais desempenhadas pela Companhia, em atendimento ao interesse coletivo, estão inseridos no Relatório da Administração, itens 05 e 06.

39. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Contábil | Recorrente | Não Recorrente | Contábil | Recorrente | Não Recorrente |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 323.664 | 323.664 | - | 288.202 | 288.202 | - |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS | (225.322) | (225.322) | - | (194.300) | (194.300) | - |
| LUCRO BRUTO | 98.342 | 98.342 | - | 93.902 | 93.902 | - |
| DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS | | | | | | |
| Despesas administrativas e gerais | (42.761) | (42.761) | - | (40.783) | (40.783) | - |
| Provisão para processos judiciais | (1.014) | (1.014) | - | (4.146) | (4.146) | - |
| Despesas tributárias | (847) | (847) | - | (773) | (773) | - |
| PECLD | 10.311 | 10.311 | - | 1.923 | 1.923 | - |
| Perdas s/ faturas | (4.190) | (4.190) | - | (1.927) | (1.927) | - |
| Outras receitas/despesas operacionais | (159) | - | (159) | 816 | - | 816 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 59.681 | 59.840 | (159) | 49.012 | 48.196 | 816 |
| Resultado financeiro | 15.585 | 15.585 | - | 10.768 | 10.768 | - |
| LUCRO DO EXERCÍCIO | 75.266 | 75.426 | (159) | 59.780 | 58.964 | 816 |
| Tributos sobre o lucro | (20.372) | (20.372) | - | (18.829) | (18.829) | - |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 54.894 | 55.054 | (159) | 40.951 | 40.135 | 816 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
 Ademilson Jorge de Barros Monteiro
 Alonso Fernandes Júnior
 Conrado Lopes Vilaça de Abreu
 Cristiano de Magalhães Barros
 Diogo Soares Leite
 Roberto Tostes Reis
 Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira
 Tadeu Barreto Guimarães

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente
 Márcio Almeida Bernardino – Diretor Vice-presidente
 Ladimir Lourenço dos Santos Freitas – Diretor técnico
 Gustavo Fonseca Nogueira – Diretor administrativo financeiro

CONSELHO FISCAL

Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
 Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
 Reges Moisés dos Santos

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Cleber Santiago
 Eugênio Dolabella Vianna
 Marco Antônio Vieira Gomes

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9